



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

== PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS ==

LEI Nº.1140

de 28 de maio de 1980

Regula a construção, autoriza-
ção e fiscalização de obras, _
no Município de Cordeirópolis.

ELIAS ABRAHÃO SAAD, Prefeito Municipal de _
Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições _
que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cor-
deirópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Nenhuma obra de construção, re-
construção, demolição, reforma ou acréscimo de edifícios, bem
como, a subdivisão de terrenos, e aberturas de ruas e estra-
das, será feita no Município, sem a prévia licença da Prefei-
tura.

Parágrafo Único - Excetua-se as obras _
executadas nas propriedades agrícolas para uso exclusivo das _
mesmas.

Artigo 2º - Para obtenção da licença, o _
proprietário, ou seu representante legal terá que satisfazer _
as condições seguintes:

- a) que o lote esteja devidamente aprovado.
- b) que o projeto apresente requisitos e de-
talhes exigidos pela técnica, seja assinado pelo seu autor e _
pelo proprietário com o número de vias exigidos pela reparti-
ção competente.
- c) quitação de impostos municipais referen-
tes ao imóvel.
- d) memorial descritivo de destino da obra _
e dos materiais à serem empregados.

Artigo 3º - Os serviços de conservação, _
tais como reparos, limpeza ou substituição de materiais consu-
midos pelo uso, não dependerão da licença desde que:

continua

- continuação -

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

a) não modifiquem o destino do cômodo ou _
compartimento.

b) não alterem a planta do edifício

c) não ofereçam perigo para os transeuntes,
obrigando a construção de tapumes e andaimes, quando executa-
dos no alinhamento das construções.

Artigo 4º - Os Engenheiros, Arquitetos, _
Construtores e Agrimensores e os demais profissionais ligados
a construção civil, que desejarem exercer suas atividades no_
Município deverão se dirigir a Lançadoria da Prefeitura Muni-
cipal para requerer a sua inscrição na Rubrica da Taxa de Li-
cença para Localização e Funcionamento de Estabelecimento, da
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis.

Artigo 5º - A Prefeitura pela repartição _
competente representará ao Conselho Regional de Engenharia e_
Arquitetura e Agronomia, solicitando a aplicação das penalida-
des instituídas pelo Decreto 23.569, de 11 de dezembro de _
1933, contra os profissionais, que no exercício de suas fun-
ções violarem as determinações do citado decreto ou desta lei.

Parágrafo Único - As penalidades impostas _
aos profissionais de Engenharia e Arquitetura, pelos órgãos _
competentes, de acordo com o Decreto 23.569, de 11 de dezem-
bro de 1933, serão cumpridas pela Prefeitura no que for cabí-
vel.

Artigo 6º - O Serviço de Obras e Urbanismo
da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, baixará instruções_
especificando os elementos que deverão constar dos projetos _
destinados a aprovação, bem como a maneira pela qual os mes-
mos serão apresentados.

Artigo 7º - A Prefeitura, pela suas repar-
tições e agentes fiscalizadores, fiscalizará a execução das _
construções, a fim de que elas sejam executadas de acôrdo com
~~os planos aprovados e as exigências desta lei e do Decreto Es-~~
tadual nº. 12.342, de 27 de setembro de 1.938.

continua

- continuação -

CORDEIROPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

Artigo 8º - Os responsáveis pelas construções independentemente de qualquer providência da fiscalização, deverão notificar o Serviço de Obras e Urbanismo, do início, da construção da obra ou demolição.

Parágrafo Único - Na falta de cumprimento da exigência contida neste artigo, as repartições interessadas para qualquer finalidade, fixarão aquelas datas de acordo com os elementos de que dispuserem.

Artigo 9º - Juntamente com o aviso de conclusão da obra, o responsável pela mesma entregará à repartição competente os elementos necessários, à juízo da mesma repartição para a vistoria de verificação da conclusão da obra, que constatada poderá o proprietário utilizá-lo para a finalidade que a mesma for aprovada.

Artigo 10 - A Prefeitura, ouvida a autoridade sanitária, poderá, pela repartição competente, autorizar a utilização de partes concluídas dos edifícios, desde que estas partes possam ser utilizadas de acordo com o destino previsto, e sem oferecerem perigo para seus ocupantes ou para o público.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo será cancelada, quando o proprietário não concluir as obras dentro do prazo estipulado na autorização.

Artigo 11 - Os responsáveis pelas obras, quaisquer que elas sejam, são obrigadas a facilitar por todos os meios aos agentes fiscalizadores do Município, o desempenho de suas funções.

Artigo 12 - A Prefeitura, pelas repartições competentes, expedirá intimações, no cumprimento de disposições desta lei, endereçadas ao proprietário, responsável pelo imóvel ou pelas obras.

Parágrafo Único - A intimação fixará sempre o prazo dentro do qual deverá ser cumprida.

continua



CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO
C R A D I E

- continuação -

Artigo 13 - Esgotado o prazo fixado na intimação, sem que a mesma seja atendida, a repartição competente solicitará do Prefeito as medidas legais cabíveis para exigir o seu cumprimento.

Artigo 14 - A Prefeitura, por intermédio das repartições competentes proderá o embargo das construções, quando estas estiverem incluídas numa ou mais das hipóteses seguintes:

a) quando a construção estiver sendo executada sem licença da Prefeitura.

b) quando a construção estiver sendo executada em desacordo com as plantas aprovadas.

c) quando constatar que a construção oferece perigo para a saúde ou segurança do público, ou do próprio pessoal da obra.

d) quando o responsável pela obra recusar-se à atender qualquer intimação da Prefeitura, referente às disposições desta lei e do Decreto-Lei Estadual nº.12.342 de 27 de setembro de 1978.

Parágrafo Único - A Prefeitura poderá, a juízo da repartição competente, determinar condições especiais inclusive horários, para execução de serviços que possam prejudicar e perturbar terceiros ou os serviços públicos, inclusive o tráfego de veículos.

Artigo 15 - Constatado pela repartição competente que o responsável pela obra não atendeu ao embargo, solicitará esta, diretamente ao Departamento legal, as medidas necessárias ao cumprimento do mesmo.

Artigo 16 - Constitui infração desta lei, além da desobediência a qualquer disposição nela contida, o desacato aos funcionários e encarregados de sua aplicação.

Parágrafo Único - Todas as infrações serão autuadas de acordo com as disposições legais.

Artigo 17 - Aos infratores das disposições desta lei sem prejuízo das sanções a que estejam sujeitos pelas leis municipais e estaduais, poderão ser aplicadas cinco espécies de penalidades, a saber:

continua

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação -

a) notificação

b) auto de infração (multa)

c) embargo

d) demolição, quando se tratar de construção executada sem licença da Prefeitura, em desacordo, com os dispositivos desta lei e do Decreto-Lei Estadual nº.12.342, de 27 de setembro de 1978, e que não possam ser enquadrados nos mesmos.

e) acréscimo dos impostos e inscrição do débito como Dívida Ativa.

Artigo 18 - Os infratores desta lei serão punidos:

a) com multa de 50% do salário mínimo vigente na região, mais 1% por metro quadrado de construção construída sem licença, que exceder a 15 metros quadrados, pela infração do artigo 1º.

b) multa de 30% do salário mínimo vigente na região, pela infração dos demais artigos desta lei.

c) demolição das obras construídas em desobediência a esta lei e Decreto-Lei Estadual nº.12.342, de 27 de setembro de 1978, com os seus dispositivos.

Artigo 19 - As águas pluviais dos telhados, pátios ou áreas pavimentadas em geral, não poderão, escoar para os lotes vizinhos.

Parágrafo Único - Excetua-se o caso em que não existir vielas sanitárias e o imóvel possuir servidão garantida pela Lei Vigente, ou quando canalizadas dentro dos lotes vizinhos com a devida anuência de seus proprietários e a necessária aprovação da Prefeitura.

Artigo 20 - As paredes de prédios ou dependências e os muros não poderão arrimar terra de canteiros, jardins ou quintais, sem que sejam revestidas e impermeabilizadas convenientemente de modo a não permitir a passagem da umidade para o lado oposto da mesma parede.

continua



- continuação -

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

Artigo 21 - Nas construções feitas no alinhamento das vias públicas, as águas pluviais dos telhados se rão canalizadas.

Parágrafo Único - Os condutores serão embu-
tidos nas fachadas para vias públicas e ligados às sargetas.

Artigo 22 - As plantas deverão representar com fidelidade e clareza o levantamento do local das obras e os elementos do projeto.

Parágrafo Único - Não serão consideradas erradas as medidas que apresentarem diferenças inferiores a 2% em distância, e 4% em área.

Artigo 23 - A verificação, posteriormente à aprovação dos projetos, de elementos errados, falsos ou vi- lados nesses projetos, torna sua aprovação nula.

Parágrafo Único - Se as obras já estiverem iniciadas, serão, para todos os efeitos, consideradas clandes- tinas.

Artigo 24 - No exame dos projetos, a natu-
reza dos compartimentos será a resultante do exame lógico de suas dimensões e situação no conjunto, e não a que for arbi- trariamente colocada no projeto.

Artigo 25 - A altura do piso do pavimento térreo ou da soleira da entrada em relação ao meio fio, ou ei- xo da rua quando este não existir, deverá ser tal que garanta uma declividade mínima de 3% entre a soleira da entrada do edifício e o meio do fio.

Artigo 26 - Quando se tratar de localização em esquina, as exigências do artigo anterior se aplica em ambas as ruas.

Parágrafo Único - No caso deste artigo, o projeto deverá determinar a curva de concordância dos dois alinhamentos.

continua

- continuação -

Artigo 27 - Os edifícios em desacordo com esta lei quanto a sua construção, uso, quando necessitados de obras de reforma ou acréscimo, poderão executá-las, desde que sejam, concomitantemente colocadas de acordo com todas as exigências desta lei.

Artigo 28 - Nas edificações existentes, que estiverem em desacordo com a presente lei, mas que tenham sido construídas em obediência as posturas anteriores, serão permitidas obras de acréscimo, reconstruções parciais ou reformas nas seguintes condições:

a) obras de acréscimo: se as partes acrescentadas não derem lugar a formação de novas disposições em obediência as normas da presente lei e não vierem a contribuir para aumentar a duração natural das partes antigas, em desacordo com as mesmas normas.

b) reconstruções parciais: se não vierem contribuir para aumentar a duração natural do edifício em conjunto.

c) reformas: se apresentarem melhorias, efetivadas condições de higiene, segurança, comodidade, e não contribuir para aumentar a duração natural do edifício em conjunto.

Parágrafo Único - Em edifícios já existentes onde haja compartimento de permanência diurna ou noturna, iluminados e ventilados por clarabóias ou áreas cobertas, será tolerada a execução das obras, tratadas nas alíneas anteriores, desde que façam nesses edifícios, as modificações necessárias para que todos aqueles compartimentos fiquem dotados de iluminação e ventilação diretas, por meio de aberturas em plano vertical.

Artigo 29 - Quando se tratar de prédio de esquina, construídos nos alinhamentos das ruas, será obrigatório o corte nos termos desta lei.

continua

- continuação -

CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

Artigo 30 - Toda a modificação de lotes edificados ou não, quer se trate de diminuição ou aumento das áreas, esta sujeita a prévia, aprovação e deverá obedecer à seguinte condição:

Todos os edifícios existentes deverão continuar obedecendo as exigências desta lei, no que se refere a recuos, limites das áreas construídas, insolação, ventilação e iluminação, de acordo com o Decreto-Lei Estadual nº.12.342, de 27 de setembro de 1978.

Artigo 31 - Ficam adotadas as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas referentes ao emprego dos materiais de construção, bem como aos processos e técnicas da sua aplicação.

Artigo 32 - A Prefeitura por intermédio da repartição competente, impedirá o uso de materiais que não satisfizerem as normas e especificações referidas no artigo anterior.

Artigo 33 - Quando o vulto da construção ou particularidade de sua estrutura justificarem a juízo da Prefeitura, serão exigidos conjuntamente os projetos das edificações os pormenores, de desenhos, memoriais descritivos e de cálculo referente ao projeto e dimensionamento dos elementos estruturais.

§ 1º - Os projetos da estrutura, no que se refere aos cálculos estáticos, às cargas admissíveis ou às condições de emprego dos materiais, obedecerão às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 2º - Os elementos exigidos nesta lei, serão arquivados com os demais elementos do processo e aprovação do projeto, constituindo elemento comprobatório da responsabilidade do construtor.

Artigo 34 - As fundações construídas sem as exigências dos cálculos estáticos obedecerão as seguintes condições:

continua



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

nível do terreno.

- continuação -

- a) profundidade mínima de 0,50 m abaixo do
- b) largura mínima de 0,50 m quando se tratar de construção térrea.
- c) largura mínima de 0,70 m quando se tratar de sobrados.

Parágrafo Único - Quando a escavação oferecer perigo para o público e para os vizinhos, ou exigir medidas de proteção para as construções vizinhas, ou do leito da rua, somente poderá ser executada por profissional legalmente habilitado.

Artigo 35 - A terraplenagem não poderá desviar águas pluviais para os terrenos vizinhos.

Artigo 36 - Os aterros poderão ser arrimados por muros ou paredes vizinhas, nas seguintes condições:

a) pelos muros divisórios quando os mesmos tiverem capacidade para suportar o empuxo, desde que o proprietário do terreno cumpra as exigências do artigo 20, e tenha o direito assegurado por lei ou consentimento do proprietário do muro.

b) pelas paredes divisórias, além das condições fixadas no item "a", o proprietário do terreno deverá proceder a impermeabilização da face externa da parede.

Artigo 37 - Nenhum serviço de construção, reforma ou demolição, poderá ser executado no alinhamento de uma via pública sem que seja protegida com a colocação de um tapume.

Parágrafo Único - Esta exigência será dispensada quando se tratar de construção de muros de fecho ou gradis de altura inferior a 2,5 metros.

Artigo 38 - Os tapumes terão a altura mínima de 2,00 metros e poderão avançar até a metade da largura do passeio.

continua

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação

§ 1º - A ocupação dos passeios em proporção superior à fixada neste artigo somente será tolerada quando comprovada a absoluta necessidade da medida para execução das obras e pelo prazo estritamente necessário.

§ 2º - Na zona central a Prefeitura poderá fixar prazo para utilização dos passeios nas condições deste artigo, obrigando a construção de dispositivo especial para proteção do público.

§ 3º - A licença para construção do tapume será cancelada desde que a obra não se inicie dentro do prazo de 6 meses.

§ 4º - Os tapumes deverão ter condições satisfatórias de estética e segurança durante toda a execução da obra.

Artigo 39 - Em caso algum poderão prejudicar a iluminação pública, a visibilidade de placa de nomenclatura de ruas e de destino ou aparelhos de sinalização de trânsito, assim como o funcionamento de equipamentos ou instalações de quaisquer serviços de utilidade pública, os tapumes de proteção a que se refere os artigos anteriores.

Artigo 40 - As paredes de alvenaria de tijolos quando constituírem elementos de vedação nos edifícios de estrutura de concreto armado ou ferro, terão as espessuras mínimas seguintes:

- a) de um tijolo as paredes externas;
- b) de meio tijolo as paredes divisórias internas;
- c) de um quarto de tijolo as paredes de armários, cabines de chuveiros ou paredes de mais altura.

Artigo 41 - Nos edifícios térreos ou sobrados onde constituam também, a estrutura de sustentação terão as espessuras seguintes:

- a) de um tijolo as paredes externas;
- b) de meio tijolo as paredes divisórias internas;

continua



- continuação -

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

c) de um quarto de tijolo as paredes de ar-
mários e cabines de chuveiros, quando não suportarem cargas e
as paredes de meia altura.

Parágrafo Único - Quando julgar necessário,
a repartição competente exigirá a comprovação da estabilidade
das paredes.

Artigo 42 - As paredes que estiverem em
contacto com o solo serão impermeabilizadas na altura do piso
do pavimento térreo.

Artigo 43 - As paredes dos edifícios que
servirem de arrimo ao terreno natural ou à aterros terão as
duas faces impermeabilizadas até a altura de 0,50 metros acima
do nível do terreno.

Artigo 44 - Os pisos de compartimentos apo-
iados diretamente sobre o solo deverão ser assentados sobre
uma camada de concreto impermeabilizada e, de espessura mínima
de 0,05 metros.

Artigo 45 - Junto as paredes externas dos
edifícios será feita, em toda sua extensão e na superfície do
solo, uma faixa impermeável de largura mínima de 0,50 metros.

Artigo 46 - Os edifícios construídos no a-
linhamento da rua, deverão dispor de calhas e condutores embu-
tidos na fachada, destinados ao escoamento das águas pluviais
provenientes dos telhados, sacadas, balcões, ou parte qualquer
do edifício que escoa para a via pública.

Artigo 47 - As instalações de água e esgo-
to serão projetadas e obedecerão as suas determinações, a quem
pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto, ficará afeta a sua fis-
calização.

Artigo 48 - As instalações elétricas obede-
cerão as especificações da concessionária local C.E.S.P..

Artigo 49 - Os proprietários são obrigados
a conservar os edifícios e respectivas dependências em boa es-
tabilidade e higiene afim de não comprometer a segurança e a
saúde dos seus ocupantes, dos vizinhos ou dos transeuntes.

continua



- continuação -

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

Artigo 50 - A conservação dos materiais e da pintura das fachadas deverá ser feita de maneira a garantir o bom aspecto do edifício e da via pública.

Artigo 51 - As reclamações de proprietários contra danos ou distúrbios ocasionados por imóvel vizinho, somente serão considerados na parte referente a aplicação desta lei.

Artigo 52 - Constatado o mau estado de conservação de um edifício, o seu proprietário será intimado a proceder aos serviços necessários e concedido um prazo para a sua execução.

Parágrafo Único - Da intimação constará a relação de todos os serviços a executar.

Artigo 53 - Não sendo atendida a intimação tratada no artigo anterior, no prazo determinado, a Prefeitura interditará o edifício até que sejam executados os serviços constantes da intimação.

Parágrafo Único - Não sendo cumprida a decisão, a Prefeitura promoverá a interdição por meios legais.

Artigo 54 - Aos proprietários de prédios em ruínas e desabitados, será concedido um prazo, mediante intimação, para reformá-los, colocando-os de acordo com esta lei.

Parágrafo Único - Findo o prazo fixado na intimação, se os serviços não estiverem feitos, deverá o proprietário proceder a demolição do edifício.

Artigo 55 - Quando se constatar, em perícia técnica de que um edifício oferece risco de ruir, a repartição competente tomará as medidas:

- a) interditará o edifício;
- b) intimará o proprietário, a iniciar no prazo máximo de 48 horas o serviço de consolidação ou demolição.

Parágrafo Único - No caso de o proprietário não atender a intimação, a Prefeitura recorrerá aos meios legais para executar a sua decisão.

continua

- continuação -

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

Artigo 56 - Quando constatado perigo eminente de ruína, a Prefeitura solicitará da autoridade competente as providências para a desocupação do edifício e executará os serviços necessários à sua consolidação, ou a sua demolição, se esta for necessária.

Parágrafo Único - As despesas verificadas na execução das medidas previstas neste artigo serão cobradas do proprietário.

Artigo 57 - Para que um edifício possa ser utilizado terá que satisfazer a seguinte condição:

Que o edifício em geral e os seus compartimentos em particular, satisfaçam as exigências desta lei tendo em vista a sua utilização.

Artigo 58 - As residências de aluguel, antes de serem entregues aos inquilinos, toda vez que vagarem, deverão requerer vistoria para verificação das suas condições de habitação.

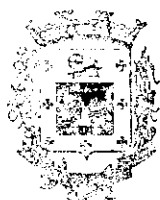
Artigo 59 - Os proprietários de terrenos situados no perímetro urbano, da sede municipal ou distrital, serão obrigados a mantê-los limpos, isentos de matos, detritos, entulhos lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e a coletividade.

Artigo 60 - Os proprietários de terrenos pantanosos ou alagadiços, situados no perímetro urbano da sede municipal ou distrital, ou próximos de habitações, são obrigados a drená-los ou aterrá-los.

Artigo 61 - Intimado o proprietário a cumprir as obrigações fixadas nas artigos anteriores e não cumprida a intimação, a Prefeitura executará ou fará executar por administração o serviço, cobrando as despesas de acordo com o código tributário Municipal.

Artigo 62 - A Prefeitura efetuará vistorias, quando solicitada para verificação de situação particulares dos imóveis, desde que se referir a matéria de competência do Município.

continua ...



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação -

Parágrafo Único - Do pedido de vistoria _
deverá constar expressamente a justificativa da mesma.

Artigo 63 - A Prefeitura colocará em to-
das as ruas oficiais das redes municipais e distritais, pla-
cas indicativas da denominação oficial das ruas, do sentido _
de trânsito, das paradas dos veículos de transporte coletivo _
e outras que venham facilitar o público, relacionadas com a _
denominação de logradouros públicos.

Parágrafo Único - As placas indicativas _
da denominação das ruas conterão o significado do nome e as _
de trânsito obedecerão a legislação federal sobre a matéria.

Artigo 64 - Aquelas que executarem obras _
junto à via pública são obrigados enquanto durar a construção
a fixar em lugar visível nos andaimes as placas de nomenclatu
ra das ruas enquanto ficarem ocultas ou tenham que ser removi
das.

Artigo 65 - É proibido danificar ou enco
brir de qualquer maneira, as placas de nomenclatura das ruas _
e/ou as de sinalização de trânsito.

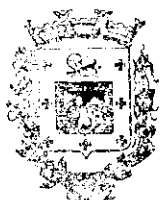
Artigo 66 - Nas placas denominativas de _
vias e logradouros públicos, bem como nas referentes à indica
ção do sentido de trânsito das vias públicas não serão permi
tidas inscrições de propaganda de qualquer espécie.

Artigo 67 - A numeração dos prédios ou _
terrenos é obrigatória e privativa da Prefeitura e se comporá
de numeros que representem as distâncias em metros do ponto _
de origem das respectivas ruas.

Parágrafo Único - Os números serão aproxi
mados de forma que o lado direito das ruas tenham números pa
res e o lado esquerdo números ímpares.

Artigo 68 - Nas habitações coletivas além
~~do número oficial, os seus proprietários deverão numerar todas~~
as subdivisões de maneira a identificá-las.

continua



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação -

Artigo 69 - É proibido alterar ou remover placas de numeração predial.

Artigo 70 - Compete a Prefeitura o serviço de arborização das ruas e estradas, que executará sempre que as suas condições permitirem.

Artigo 71 - É expressamente proibida a utilização de árvores da arborização pública para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza ou finalidade.

Artigo 72 - A remoção, danos ou sacrifícios, de árvores de arborização pública, somente serão feitos pela repartição competente, após ter verificado a necessidade daquelas medidas.

Parágrafo Único - Verificada a necessidade da remoção ou sacrifício da árvore, a repartição competente notificará o interessado para recolher previamente a taxa correspondente ao serviço.

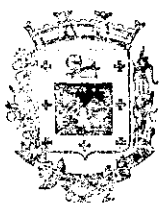
Artigo 73 - Verificada a desobediência ao disposto no artigo anterior serão aplicadas aos infratores, multas de acordo com a alínea "b" do artigo 18.

Artigo 74 - O serviço de construção, reconstrução e conservação de passeio é obrigatório e fica à cargo dos proprietários dos imóveis, sendo os seus tipos, dimensões e especificações, determinadas pela Prefeitura.

Parágrafo Único - A reparação dos passeios danificados com escavações para obras de esgoto, água e luz, arborização e etc, por empresas ou repartições públicas, será feita por estas, às suas custas.

Artigo 75 - As reconstruções de passeios consequentes de obras de vulto, como sejam, o alargamento ou substituição da pavimentação das mesmas ficam, também, a cargo dos proprietários dos imóveis.

continua



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação -

Artigo 76 - As rampas dos passeios destinadas a entrada de veículos, bem como o chanframento e rebaixamento de guias, observarão as especificações da repartição competente e dependem de licença especial e pagamento de taxas.

Parágrafo Único - A Prefeitura não autorizará o rebaixamento das guias quando as condições das ruas não permitirem por representar um prejuízo no tráfego de pedestres.

Artigo 77 - O serviço de pavimentação de ruas é privativo da Prefeitura, que o executará nas condições da legislação municipal vigente que regula o assunto.

Artigo 78 - A ninguém é permitido abrir ou levantar o calçamento, proceder as escavações ou executar obras de qualquer natureza na via pública, sem prévia licença.

Parágrafo Único - Fica sempre a cargo da Prefeitura a recomposição da via pública, correndo porém as despesas, por conta de quem deu causa ao serviço.

Artigo 79 - A abertura de calçamento ou escavação na parte central da cidade, somente poderão ser feitos em horas previamente designadas pela repartição competente.

Artigo 80 - Quando as valas abertas para qualquer mister, atravessarem os passeios, será colocada uma ponte provisória garantindo o trânsito.

Artigo 81 - Nenhuma obra poderá ser iniciada sem que a repartição competente da Prefeitura proceda a demarcação do alinhamento ou soleira.

Artigo 82 - Todo proprietário ou seu representante legal deverá pedir ao órgão competente da Prefeitura a verificação do alinhamento da construção.

continua



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

Fls.17

- continuação -

Artigo 83 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em
28 de maio de 1980.

ELIAS ABRAHÃO SAAD

- Prefeito Municipal -

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 28 de maio de 1.980.

NELSON MORALES RUSSI

- Secretário -